

**Índice:**

Stuart B. Schwartz – “Ceremonies of public authority in a colonial capital. The king's procession and the hierarchies of power in seventeenth century Salvador.”	p. 7-26
Ângela Barreto Xavier – “organização religiosa do primeiro Estado da Índia. Notas para uma investigação.”	p. 27-60
Luís Filipe Thomaz – “O «testamento político» de Diogo Pereira, O Malabar, e o projecto oriental dos Gamas.”	p. 61-160
Rute Dias Gregório – “Rendimentos da capitania da Praia, Ilha Terceira, 1533-1537.”	p. 161-184
Ana Cristina Roque – “Jogos de poder e emergência de novas unidades políticas regionais versus presença portuguesa em terras de Sofala, no século XVI.”	p. 185-252
José Alberto Rodrigues da Silva Tavim – “O «aviso» anónimo sobre João Micas na colecção de S. Vicente.”	p. 253-282
João Teles e Cunha – “De Diamper a Mattanchery: caminhos e encruzilhadas da Igreja Malabar e católica na Índia. Os primeiros tempos (1599-1624).”	p. 283-368
Anne-Marie Libério – “Aspects of the missionarie's role within the policy of indian assimilation in Brazil and in the United States, 16th-mid 19th centuries.”	p. 369-388
Ana Guerreiro – “Rio de Janeiro 1650-1659: ecos do «dasassossego».”	p. 389-414
José Miguel Pinto dos Santos – “As distâncias dos céus aos infernos na cosmologia Nanban.”	p. 415-480
Maria Goretti Leal Soares – “Governadores e magistrados letrados no governo de Angola durante o século XVIII.”	p. 481-508
A. M. Martins do Vale – “A embaixada enviada pelo rei Dom José I ao imperador Qianlong, em 1752, vista pelo procurador das missões estrangeiras de Paris em Macau.”	p. 509-536

## Resumos:

Stuart B. Schwartz – “Ceremonies of public authority in a colonial capital. The king's procession and the hierarchies of power in seventeenth century Salvador.” Pp. 7-26

Este artigo analisa as procissões «do rei» ou «da câmara» na capital colonial de Salvador, Baía. Estas procissões faziam parte do calendário religioso e secular e eram particularmente importantes como teatro da demonstração de lealdade e autoridade, bem como palco no qual as hierarquias sociais se podiam esclarecer através do cerimonial. As procissões promoveram a memória histórica colectiva e a solidariedade social, mas caracterizaram-se também pelas disputas acerca de precedências e de estatutos. O papel da câmara era complexo, uma vez que esta instituição era composta pela «nobreza» da cidade mas representava o «povo». No século XVIII, à medida que a sociedade baiana aumentou na sua composição o número de mulatos e pretos, a câmara encontrou uma maior dificuldade em representar tanto o povo como o rei nessas cerimónias simbólicas.

Ângela Barreto Xavier – “organização religiosa do primeiro Estado da Índia. Notas para uma investigação.” Pp. 27-60

Este estudo propõe-se discutir um conjunto de questões que são prévias à reconstituição da organização religiosa do Estado da Índia antes de 1521. Para o fazer, parte da correspondência de D. Duarte Nunes, bispo de Dume e primeiro prelado português a arribar no Estado da Índia, a qual oferece um panorama geral sobre o estado religioso local, assinalando, em concreto, a situação do clero secular e regular, dos crentes, das igrejas, a escassez de conversões até então alcançadas. Contudo, alguns dos significados implícitos nestas cartas são inacessíveis ao olhar do historiador actual. A partir dessa inacessibilidade tornou-se possível identificar o conjunto de problemas que constitui o objecto da análise aqui desenvolvida. Saber qual foi, efectivamente, o âmbito jurisdicional do padroado português no espaço asiático antes e depois de 1514, e quem detinha os diversos direitos de padroado tornou-se, pois, a primeira questão a resolver, dependendo dela a resolução dos problemas subsequentes: saber quem fundou e dotou os primeiros templos; quem eram os clérigos que viajaram até à Índia; quem os enviara e com que propósitos; a quem respondiam; qual o seu perfil social e cultural. A meu ver, só depois de se ter respondido a estas questões – ou, pelo menos, na impossibilidade de as resolver, de estar alertados para a sua relevância – é que se pode refazer a organização religiosa do primeiro Estado da Índia.

Luís Filipe Thomaz – “O «testamento político» de Diogo Pereira, O Malabar, e o projecto oriental dos Gamas.” Pp. 61-160

Diogo Pereira veio em 1505 com o vice-rei D. Francisco de Almeida para a Índia, onde rapidamente prosperou, tornando-se em poucos anos um dos homens mais ricos de Cochim. O domínio que ra breve trecho adquiriu da língua local, o malabar ou malaiala — que lhe valeu o sobrenome de O Malabar — ampliava-lhe as possibilidades de negócio e tornava-o um interlocutor privilegiado nas relações com os poderes locais; veio assim, a partir de 1510, a ser encarregado de uma série de delicadas missões diplomáticas. A política de intervenção activa da Coroa portuguesa no tráfego regional posta em prática por Afonso de Albuquerque levou-o a encabeçar a oposição ao governador e mesmo a tentar uma manobra económica de larga envergadura, visando levar à falência as feitorias régias do Malabar. Daí resultou ser preso e enviado a ferros para o Reino. A viradeira de 1515 permitiu o seu regresso em glória à Índia com Lopo Soares de Albergaria, nomeado secretário do governo, o que lhe deu uma esplêndida ocasião de ampliar a sua teia de negócios. Foi na sua casa em Cochim, mais confortável que a fortaleza, que Vasco da Gama faleceu em 1524. Após um breve eclipse voltou a desempenhar um papel importante sob o governo de Nuno da Cunha, (1529-1538), negociando em 1531 a construção de uma fortaleza portuguesa em Chalé (Beyapore) e em 1536 a de uma outra em Cranganor. Entretanto o rei de Cochim concedera-lhe, por assim dizer em feudo, a ilha de Bendurte, na laguna de Cochim, onde estabeleceu residência. Das suas cartas a mais interessante é a que escreveu a D. João III em 1539, que constitui uma espécie de testamento político, com uma série de sugestões que parecem estar na base do largo debate sobre o comércio da pimenta que D. João de Castro abriria em 1545, que tivemos já ocasião de estudar. Como se poderia prever, as suas concepções políticas e estratégicas distanciam-se das dos governadores propensos à cruzada, como Afonso de Albuquerque, aparentando-se sobretudo às dos mais virados para o comércio, embora pareça inclinar-se, como Vasco da Gama, para um certo dirigismo económico, diferente do liberalismo integral preconizado por D. Aires da Gama e praticado por governadores como Lopo Soares de Albergaria.

Rute Dias Gregório – “Rendimentos da capitania da Praia, Ilha Terceira, 1533-1537.” Pp. 161-184

Sobre as capitanias, uma questão sempre colocada é aquela que se prende com os proventos económicos proporcionados aos respectivos detentores, os capitães. Para as ilhas dos Açores, os informes mais completos que possuímos respeitam à ilha de S. Miguel, de finais do século XVI. Mas hoje podemos também atender a novos dados, recuando no tempo e fixando-nos numa das capitanias da Terceira: a da Praia. Tendo como base o que restou dos autos das contas prestadas pelo tutor de Antão Martins Homem, 4<sup>o</sup> capitão, é possível traduzir e perspectivar, comparativamente, os níveis dos rendimentos provenientes da redízima e dos monopólios sobre os meios de produção, dos quais ressalta a proeminência dos proventos auferidos com os moinhos.

Ana Cristina Roque – “Jogos de poder e emergência de novas unidades políticas regionais versus presença portuguesa em terras de Sofala, no século XVI.” Pp. 185-252

Com base na análise das fontes portuguesas do século XVI, pretende-se sistematizar o conhecimento sobre as alterações políticas ocorridas nas Terras de Sofala ao longo do século XVI, avaliar a sua importância para o reconhecimento da emergência de unidades políticas autónomas do Reino dos Mutapa e evidenciar o protagonismo dos portugueses nestas alterações.

No que respeita à alteração do mapa político regional evidencia-se sobretudo a formação e expansão do Reino de Teve que nos finais do século XVI domina, directa ou indirectamente, toda a faixa litoral e sub-litoral entre o Save e o Tendaculo; vendo-se a Sofala portuguesa encravada em terras do Quiteve, a quem, contudo, se não quer reconhecer oficialmente como independente do Mutapa e o verdadeiro senhor da região.

Já no que respeita aos portugueses salienta-se sobretudo a dicotomia entre a acção destes a nível oficial e a nível particular e como, em qualquer dos casos, se vai afirmando a presença portuguesa na região.

José Alberto Rodrigues da Silva Tavim – “O «aviso» anónimo sobre João Micas na colecção de S. Vicente.” Pp. 253-282

Personalidade fundamental da diáspora judaica do século XVI, João Micas - mais tarde Joseph Nasci - jogou papel fundamental no plano negocial, diplomático e, em geral, na política informativa. Quando passou para Istambul, transferiu para o Império Otomano todo o peso dos seus conhecimentos, sendo agraciado com vários títulos, com a posse de Tiberíades, e com o ducado de Naxos. No entanto, documentação da Torre do Tombo e do Arquivo General de Simancas revela que, respectivamente, até entrar no Império Otomano, e no fim da sua carreira, não deixou de pensar na Península Ibérica como alternativa de percurso. Através do documento que aqui se revela, verifica-se não só esse vacilar existencial do poderoso Joseph Nasci, como também o peso que a questão do Oriente teve nas suas decisões, e no interesse dos sultões que servia.

João Teles e Cunha – “De Diamper a Mattanchery: caminhos e encruzilhadas da Igreja Malabar e católica na Índia. Os primeiros tempos (1599-1624).” Pp. 283-368

“De Diamper a Mattanchery” estuda um conhecido e controverso episódio de história religiosa: o da união da Igreja Siro-malabar com a Romana em 1600. É também um exercício de história religiosa num âmbito alargado, abarcando a política, a economia e a sociedade, as quais moldaram e condicionaram o relacionamento entre as duas Igrejas desde o século XVI. Longe de se cingir ao Malabar, o presente estudo acaba por tratar outras zonas na Índia, bem

como as estratégias de missionação desenvolvidas por cada Ordem Religiosa, respectiva evolução e o impacte do labor missionário no subcontinente indiano.

Anne-Marie Libério – “Aspects of the missionarie's role within the policy of indian assimilation in Brazil and in the United States, 16th-mid 19th centuries.” Pp. 369-388

Tendo em vista a documentação oficial emitida pelas autoridades portuguesas e britânicas, tal como as cartas régias ou charters, que codificavam as relações entre povos ameríndios e colonos, afigura-se-nos que o projecto de evangelização das comunidades autóctones formulado pelas coroas portuguesa e britânica constituía o motivo principal da colonização e reivindicação das terras ameríndias e americanas de forma equivalente nas duas colónias. Este artigo analisa a evolução do papel desempenhado pelos missionários católicos e protestantes no contexto da política de assimilação dos povos ameríndios nos sistemas socio-económicos luso-brasileiro e anglo-americano entre o século XVI e o século XIX. Destacamos as especificidades das interacções entre o poder secular e os religiosos através dos vínculos que ligavam as coroas portuguesa e britânica aos missionários. Embora ambas potências tivessem consciência da importância do êxito dos religiosos par com as comunidades nativas no processo de ocupação do território, sendo eles frequentemente pioneiros nas relações entre os povos ameríndios e as populações euro-americanas, na prática apercebemo-nos de que as actividades missionárias na América portuguesa obedeciam a um sistema centralizado enquanto que na América Inglesa, a acção missionária dependia principalmente de iniciativas individuais. Ainda que repetidamente conflituoso no passado, o intercâmbio entre as autoridades civis e eclesiásticas encontrou-se exclusivamente alterado por consequência do “Diretório dos Índios” (Directorio, que se deve observar nas povoaçoens dos Índios... – 1757) e da “política de deslocamento” dos povos ameríndios do Sudeste americano para o Oeste do Rio Mississippi (Indian Removal Act – 1830).

Ana Guerreiro – “Rio de Janeiro 1650-1659: ecos do «dasassossego».” Pp. 389-414

O presente artigo nasceu de uma evidência: aqueles cuja biografia tinha laços relevantes com o Rio de Janeiro, no que à segunda metade do século XVII dizia respeito, deixaram-nos testemunhos de inquietude.

Esta inquietude tinha certamente uma expressão geográfica - as viagens entre o Brasil e outros pontos Império Português, as deslocações no interior da colónia sul americana - mas também uma perspectiva económica e social. Naturalmente que as incidências económicas e sociais foram a principal preocupação desta análise: as motivações daqueles que atravessavam diferentes mares, estranhas terras, as consequências para esses soldados, burocratas, Clérigos e outros, de um modo de vida de tal modo aventureiro.

Esta é por isso uma tentativa de compreender, tanto viajar e consequentemente tanta ousadia.

José Miguel Pinto dos Santos – “As distâncias dos céus aos infernos na cosmologia Nanban.” Pp. 415-480

Os missionários jesuítas no Oriente não ficaram indiferentes às necessidades intelectuais dos povos com quem entraram em contacto. No Japão, ao notarem o interesse da população por explicações dos fenómenos naturais, não pouparam esforços em satisfazer essa curiosidade. Para tal, serviram-se do paradigma científico dominante na Europa da época, o da filosofia natural aristotélico-ptolomaica. Este artigo estuda as dimensões das esferas sublunares e celestes, transmitidas pelos missionários jesuítas no Japão, e as reacções que suscitaram a um filósofo neo-confuciano. Com base nos valores apresentados, procura também tirar algumas ilações sobre possíveis dependências entre as obras astronómicas escritas no Japão.

Maria Goretti Leal Soares – “Governadores e magistrados letrados no governo de Angola durante o século XVIII.” Pp. 481-508

É muito pouco conhecida a realidade administrativa do Império Português no Antigo Regime. Com este estudo analisam-se as modalidades de governo e estruturas orgânicas durante o século XVIII bem como os ministros régios, nomeadamente, governadores, secretários, ouvidores, provedores e juizes de fora.

A. M. Martins do Vale – “A embaixada enviada pelo rei Dom José I ao imperador Qianlong, em 1752, vista pelo procurador das missões estrangeiras de Paris em Macau.” Pp. 509-536

Ao contrário da conhecida documentação oficial sobre a embaixada enviada a Pequim, por D. José I, em 1752, o relatório que agora se publica, elaborado pelo procurador das Missões Estrangeiras de Paris em Macau, traz-nos uma descrição mais pessoal e politicamente descomprometida dos acontecimentos relativos ao embaixador e à sua missão na China.

Atento às questões religiosas que motivaram a embaixada, o autor do relatório deu especial destaque às movimentações dos missionários e às cerimónias protocolares realizadas em Macau e Pequim.

Para além do seu ineditismo, importa salientar o facto de este documento vir precisar algumas informações que se encontravam algo confusas na documentação portuguesa.